Jornal
o metalúrgico
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Fundador: Adolpho Perchon
Setembro de 1942
Diretor Resp.: Miguel Eduardo Torres
FILIADO À:
www.metalurgicos.org.br
ACESSE E CURTA /MiguelTorresFS
Abril/Maio/Junho de 2018 - Ano 74 - Nº 627

MIGUEL TORRES ASSUME A PRESIDÊNCIA DA FORÇA SINDICAL

Paulinho da Força se licencia para se dedicar à campanha eleitoral

FOTOS TIAGO SANTANA





Reunião na sede da Força Sindical, em São Paulo, reforçou a pluralidade e a unidade na luta de resistência contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e ao movimento sindical

MIGUEL TORRES, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM, assumiu interinamente, em 5 de junho de 2018, a presidência da Força Sindical.

O cargo foi transmitido em uma reunião de vice-presidentes da Central, comandada por Paulo Pereira da Silva, Paulinho da Força, que se licenciou da presidência para cuidar da campanha eleitoral.

Paulinho e Miguel Torres defenderam a "unidade" como fundamental na luta em defesa dos direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora.

"O movimento sindical precisa ser unitário. A reforma trabalhista buscou destruir a estrutura sindical. A Força tem representatividade e poder para reconstruir esta estrutura e nossa ação passa pela unidade. Vamos trabalhar para isto", disse Paulinho.

Miguel Torres enfatizou a responsabilidade de se trabalhar pelo "fortalecimento da unidade dentro da Força Sindical e com as demais centrais em defesa dos interesses da classe trabalhadora".

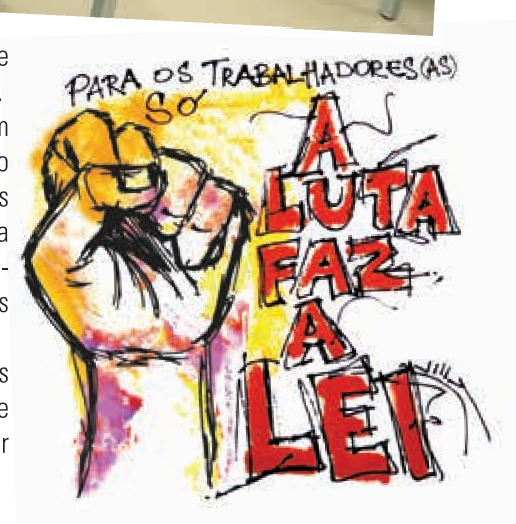
É a terceira vez que Miguel Torres assume interinamente a presidência da Força Sindical. A primeira foi em 2010 e, a segunda, de outubro de 2013 a janeiro de 2016.

Sobre a reforma trabalhista, que visou acabar com os direitos, com a CLT e enfraquecer as estruturas sindicais, os dirigentes avaliaram que o movimento sindical está resistindo. "Apesar dos ataques aos direitos e à estrutura sindical, o movimento sindical não parou, foi para a briga, com 99% das categorias conseguindo manter suas convenções coletivas de trabalho", disse Miguel Torres.

João Carlos Gonçalves, Juruna, secretário-geral da central, disse que a reforma não pegou. "Conseguimos fazer a unidade das centrais. Não conseguiram nos dividir".

Miguel Torres e Paulinho defenderam a unidade nas campanhas salariais no segundo semestre. "Não é fácil unificar as datas-bases, mas é possível unificar a luta das categorias. Temos que estar juntos e vamos defender esta unidade e as convenções coletivas", afirmou Miguel Torres.

Os dirigentes aprovam mobilizar as bases pela eleição de candidatos sindicalistas que possam atuar nos parlamentos para garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores.



Sindicato promove debates com pré-candidatos à Presidência da República
Página 3

Centrais Sindicais lançam Agenda da Classe Trabalhadora
Página 4

Resistência metalúrgica nas portas de fábrica e no apoio a outras categorias
Páginas 6 e 7

EDITORIAL

BASTA DE GOLPES!



A lei da reforma trabalhista completou neste mês de junho sete meses em vigor com déficit de trabalho para 27,7 milhões de brasileiros, como aponta o IBGE.

Temos 13,7 milhões de desempregados, 6,2 milhões de sub-ocupados e 7,8 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham.

O ilegítimo governo Temer e seus aliados no setor empresarial, na mídia e no Congresso Nacional apresentaram a reforma como a solução ultra-neoliberal para a crise, dizendo que a CLT estava ultrapassada e que o movimento sindical era um estorvo. Era mais um golpe!

Os índices econômicos e sociais no País são os piores possíveis. A indústria pena pra produzir e vender, cresce o trabalho informal (sem qualidade, segurança e direitos) e os empregos de qualidade, com carteira de trabalho assinada, não aparecem.

Com desemprego em alta, aumento do número de brasileiros em situação de pobreza (8,6 milhões de miseráveis), desalento e exclusão social não teremos futuro algum! Podemos reverter este quadro de decadência? Sim.

De que jeito? Com a união entre trabalhadores e sindicatos e participação nas lutas de resistência. É o que estamos fazendo diariamente nas portas de fábrica, nas ações sindicais unificadas em todo o País e junto ao movimento Brasil Metalúrgico.

Temos o poder do nosso voto nas eleições 2018. Todos os parlamentares que aprovaram a reforma trabalhista são inimigos dos trabalhadores e não podem se reeleger.

Precisamos pesquisar os candidatos e eleger quem realmente tem sensibilidade social e irá atuar no Congresso Nacional como porta-vozes da pressão popular, exigindo a revogação da lei da reforma trabalhista e cobrando medidas que barrem a ganância dos rentistas e recoloquem o País nos trilhos do desenvolvimento. Vamos juntos limpar a área, dando um chega pra lá nos golpistas, e fazer um belo gol democrático pelo Brasil! A luta faz a lei!

MIGUEL TORRES
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e, interino, da Força Sindical

ARTIGO

VENDER AS ESTATAIS SÓ TRARÁ DESGASTE AO BRASIL


ARQUIVO ELETRICITÁRIOS

As privatizações estão acontecendo a todo vapor no governo. Querem entregar de bandeja nossas maiores riquezas como água, energia e saneamento, setores fundamentais para o desenvolvimento de uma nação. Empresas como Eletrobras, Petrobras e Caixa Econômica Federal, por exemplo, são pilares importantes para a nossa economia. São elas que investem em projetos sociais e de desenvolvimento, diferentemente das empresas privadas, que só visam o lucro, deixando a qualidade, a empregabilidade e a sociedade em último plano.

A energia e a água custarão uma fortuna, será impossível levar estes recursos para o interior do Brasil. Empresas estrangeiras, algumas delas estatais, controlarão e dificultarão o reabastecimento hídrico de todo o Brasil e o País se tornará um produtor de commodities. Estas privatizações dos serviços essenciais comuns em países subdesenvolvidos mantêm a economia em baixa, levarão nossas indústrias à falência, com milhões de brasileiros desempregados e alto custo dos alimentos.

Não podemos admitir a entrega da qualidade de vida e da saúde pública aos interesses especulativos de estrangeiros. Água e energia não são mercadoria!

EDUARDO ANNUNCIATO (Chicão)
Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Fenatema

NOTAS SINDICAIS



● **LISTA SUJA** - A OIT (Organização Internacional do Trabalho) incluiu o Brasil na lista dos 24 países violadores das suas convenções e normas internacionais do trabalho, por causa da aprovação da lei da reforma trabalhista (Lei 13.467/17), que retirou direitos da classe trabalhadora. A reforma viola, por exemplo, a Convenção 98, que trata do Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva.

A OIT avalia que a possibilidade do negociado prevalecer sobre o legislado para retirar ou reduzir direitos e de ocorrer negociação direta entre trabalhador e empregador, sem a presença do Sindicato, são dispositivos que contrariam a referida convenção.

A decisão da OIT, uma agência da ONU (Organização das Nações Unidas), confirma as denúncias das Centrais Sindicais contra as práticas antissindicais do governo que se tornaram ainda mais graves com a tramitação do projeto da reforma no Congresso Nacional, aprovada sem diálogo com as representações de trabalhadores e trabalhadoras, neste caso, violando também a Convenção 144 da OIT.

Diante da decisão da OIT, a classe trabalhadora brasileira espera que o governo reconheça a gravidade do erro cometido e atue pela revogação da reforma trabalhista.

● **TRABALHO INTERMITENTE** - Esta forma de contratação prevista pela lei da reforma trabalhista prejudica muito a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, que são obrigados a ficar disponíveis 24 horas por dia, pois os patrões podem dispor do trabalho a qualquer momento e pagar apenas pelas horas trabalhadas. Desta forma, os trabalhadores e as trabalhadoras ficam sem segurança, sem saber quantas horas vão trabalhar e quanto vão receber.

● **LOCAIS INSALUBRES** - Pela nova lei trabalhista, gestantes e mulheres que amamentam podem trabalhar em locais insalubres, a menos que apresentem atestado de um médico de sua confiança contrário a esta condição. Imagine isto no Brasil. Quem tem médico de confiança? O STF (Supremo Tribunal Federal) começou a julgar uma ação da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) que pede a impugnação desta regra criminosa e desumana. Vamos aguardar!

● **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** - O ministro Edson Fachin, do STF, afirmou que há elementos para suspender a contribuição sindical facultativa, prevista pela reforma trabalhista, pois desta forma "há possível enfraquecimento dos direitos sociais com a redução da capacidade de financiamento das atividades sindicais". O plenário do STF julgaria esta questão no dia 28 de junho. Vamos acompanhar!

Fique atento às notícias sindicais pelo site do Sindicato www.metalurgicos.org.br e pelas redes sociais

o metalúrgico
ABRIL/MAIO/JUNHO DE 2018
Ano 74 – Nº 627
Órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi das Cruzes
SEDE SP - Rua Galvão Bueno, 782, Liberdade CEP 01506-000 - Fone (11) 3388-1000
SUBSEDE MOGI - Rua Afonso Pena, 137, Centro CEP 08770-330 - Fones (11) 4699-8700 / 8749
www.metalurgicos.org.br
/MiguelTorresFS

DIRETORES (SEDE SÃO PAULO)
Admilton Mariano da Silva (Curió), Adnaldo Ferreira de Oliveira, Adriano de Assis Lateri, Alsira Maria da Silva Lima, Antonio Raimundo Pereira de Souza (Mala), Antonio Uélio Luis Moreira, Carlos Andreu Ortiz, Carlos Augusto dos Santos (Carlão), Celso de Araújo Carneiro (Bombeirinho), Cláudio do Prado Nogueira, Cristina Maria dos Santos Silva, David Martins de Carvalho (licenciado), Donizeti Aparecido de Assis, Edenilson Rossato (Alemão), Elza de Fátima Costa Lopes (Diretora Financeira), Emerson Andrade Passos, Eraldo de Alcântara (Maloca), Erlon Souza Lorentz, Eufrozino Pereira da Silva (licenciado), Euvaldo Alves Lima (Biro-Biro), Francisco de Assis do Nascimento (Chico Pança), Francisco Roberto da Silva (Sargento), Geraldino dos Santos Silva, Germano Alves Pereira, Jefferson Coriteac (licenciado), Jesus I. dos Santos Filho, João Carlos Gonçalves (Juruna), Jorge Carlos de Morais (Arakém - Secr-Geral), José Francisco Campos, José João da Silva (Mixirica), José Luiz de Oliveira, José Maurício da Silva (Ceará), José Maurício Mesquita Forte, José Porfírio da Silva, José Silva dos Santos, José Valdinei Dantas de Souza (Jamanta), Josias Alves da Silva, Juarez Martelozo Ramos, Lourival Aparecido da Silva, Luís Carlos de Oliveira (Luisinho), Luiz Antonio de Medeiros Neto, Maria Euzilene Nogueira (Leninha), Miguel Eduardo Torres (Presidente), Nelson Aparecido Cardim (Xepa), Nelson Marques da Silva, Nivaldo Crispim Patrício, Paulo Pereira da Silva (licenciado), Pedro Nepomuceno de Sousa Filho (licenciado), Ricardo Rodrigues (Teco), Roberto Soares Dias (Ninja), Rodrigo Carlos de Morais, Rubens Pereira, Sales José da Silva, Sonete Rodrigues dos Santos Silva, Tadeu Morais de Sousa, Tito de Oliveira, Valdir Pereira da Silva, Yara Pereira da Silva
SEDE MOGI DAS CRUZES
Ester Regina Borges, Paulo Fernandes de Souza (Paulão), Sílvio Bernardo

DIRETOR RESPONSÁVEL
Miguel Eduardo Torres
EDIÇÃO E REDAÇÃO
Débora Gonçalves - MTb 13.083
Val Gomes - MTb 20.985
FOTOGRAFIA
Jaélcio Santana
DIAGRAMAÇÃO
Rodney Simões
Vanderlei Tavares
IMPRESSÃO
BANGRAF
TIRAGEM
130 mil exemplares

ELEIÇÕES 2018

SINDICATO PROMOVE DEBATES COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

Nosso Sindicato está promovendo encontros com os pré-candidatos a presidente da República para que apresentem suas propostas de governo e conheçam a pauta da classe trabalhadora. Os debates, no auditório do Sindicato, estão tendo expressiva participação dos trabalhadores(as), dirigentes sindicais, estudantes, movimentos sociais e lideranças políticas. "Não podemos eleger candidatos que vão continuar privilegiando a elite e aprovando medidas contra a classe trabalhadora, a população, contra a soberania do País", afirma Miguel Torres, presidente do Sindicato, CNTM e da Força Sindical.

JAÉLCIO SANTANA

Miguel Torres, diretoria e Ciro Gomes com os trabalhadores

CIRO GOMES - PDT

No primeiro encontro, em 27 de abril, o pré-candidato Ciro Gomes/PDT afirmou que revogará a nova lei trabalhista e construirá com os setores produtivos (empresários e trabalhadores) uma solução para a crise econômica com reindustrialização do País, geração de empregos, combate à informalidade, investimentos em saúde e demais áreas sociais, redução da violência e ações contra a concentração de renda.

"É mentira que o problema brasileiro é renda e salário. O problema são os juros altos que consomem investimentos e os lucros altíssimos dos banqueiros", disse Ciro.

Para o pedetista, o Brasil precisa resolver o endividamento das famílias (60 milhões de brasileiros) causado pelos juros exorbitantes, e das empresas com o sistema financeiro e o colapso das contas públicas.

"O atual governo não tem compromisso popular, aprovou uma reforma trabalhista que é uma fraude e o sistema tributário é o mais regressivo do mundo".

Ciro falou também sobre a seguridade social. "Em 2017, a arrecadação da seguridade foi suficiente para pagar a Previdência Social e ainda sobrou um pouco. Aí o governo fez a DRU (Desvinculação das Receitas da União) que tirou 30% da Previdência para os seus cofres". Após finalizar sua fala, Ciro Gomes respondeu perguntas do público, disse que seu programa de governo ficará pronto em junho e que o momento agora é de ouvir reivindicações e debater.

MANUELA D´ÁVILA - PCdoB

O segundo encontro foi no dia 25 de maio, com a pré-candidata Manuela, do PCdoB, que defendeu a Pauta Trabalhista, incluindo a redução da jornada de trabalho, a política permanente de valorização do salário mínimo, a revogação da nova lei trabalhista e a não aprovação da reforma governista da Previdência Social. Manuela disse que para o Brasil sair da crise é preciso não acirrá-la, mas transformar as eleições livres em um espaço de reflexão sobre os rumos para o País e de debate sobre o projeto de desenvolvimento do Brasil.

"Vivemos um momento de alta do desemprego, com 27 milhões de trabalhadores sub-aproveitados, de aumento da pobreza e de precarização das condições de vida do brasileiro. A reforma trabalhista trouxe uma condição de trabalho análogo à escravidão", afirmou.

Para ela, o governo tenta resolver só o problema patronal e não os problemas do País. "A crise que estamos vivendo e a da Petrobras têm várias etapas, mas a maior é que o governo tem um projeto antinacional".

A pré-candidata também defendeu o fim do congelamento dos investimentos em educação e saúde, uma justa reforma tributária e a correção da tabela do Imposto de Renda.

"O Brasil não combate a sonegação, os mais pobres são tributados no consumo e os ricos não pagam impostos". No final, Manuela respondeu a várias perguntas dos trabalhadores.

JAÉLCIO SANTANA

Na mesa, Leninha, deputado Orlando Silva, Manuela e Miguel Torres

JAÉLCIO SANTANA

Zé Maria, do PSTU, diretor Rodrigo, Vera Lúcia e Miguel Torres na mesa

VERA LÚCIA - PSTU

O terceiro encontro foi realizado no dia 15 de junho com a pré-candidata Vera Lúcia, do PSTU, que apresentou um projeto socialista contra a crise, "que liberte o País da dominação do imperialismo, ponha fim à grande propriedade capitalista e melhore a vida do povo e da classe trabalhadora".

Para Vera, a saída para a crise é termos um plano de obras públicas para gerar empregos, com reforma, construção e manutenção de hospitais, creches, escolas e unidades de saúde, e uma reforma agrária que acabe com os latifúndios e garanta alimento para todos os brasileiros e outros povos. A interrupção da remessa de lucro das multinacionais para suas matrizes, a estatização total de bancos, dos serviços públicos de saúde, da educação e de empresas estratégicas como, por exemplo, a Petrobras, são outras propostas da pré-candidata.

"O PSTU fez uma opção pela classe trabalhadora", disse Vera, que defendeu a anulação da reforma trabalhista, da terceirização e das mudanças já feitas na Previdência Social e aposentadorias. Ela também é contra a atual reforma governista da Previdência e defende a correção da tabela do Imposto de Renda e ações para impedir a privatização da Eletrobras.

"Queremos tudo aquilo que é negado às pessoas por causa da exclusão e da exploração capitalista", afirmou Vera, num chamado à rebelião, com os trabalhadores organizados e os movimentos populares decidindo os rumos do País.

DIA 13 DE JULHO, ÀS 14h30, O DEBATE SERÁ COM JOÃO GOULART FILHO, DO PPL

A LUTA FAZ A LEI

CENTRAIS LANÇAM AGENDA DA CLASSE TRABALHADORA POR UM BRASIL MELHOR!

JAÉLCIO SANTANA



Em um momento histórico para trabalhadores(as) do Brasil, as centrais Força Sindical, CUT, UGT, CSB, CTB, Nova Central e Intersindical, reunidas no Sindicato dos Químicos de São Paulo, no dia 6 de junho, lançaram a "Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora (Democracia, Soberania e Desenvolvimento com Justiça Social: Trabalho e Emprego no Brasil)". O documento, com 22 reivindicações, foi entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e será encaminhado aos candidatos à eleição de outubro de 2018.

Um "Dia Nacional de Luta" também está previsto para o dia 10 de agosto em todo o País.

"A Agenda fortalece a luta do movimento sindical por democracia, soberania e retomada do desenvolvimento econômico, com justiça, inclusão social, valorização do trabalho, geração de empregos, amplos direitos, salários dignos, moradias dignas e uma vida melhor para todos os brasileiros e brasileiras. Vamos juntos nesta luta das centrais sindicais", diz **Miguel Torres**, presidente da Força Sindical, CNTM e do Sindicato dos Metalúrgicos de SP e Mogi das Cruzes.



REIVINDICAÇÕES DA AGENDA

1 Criar políticas, programas e ações imediatas para enfrentar o desemprego e o subemprego crescentes, que já atingem 28 milhões de trabalhadores: a. Criar frentes de trabalho como medida emergencial, com atenção especial para os jovens; b. Retomar as obras de infraestrutura; c. Políticas de amparo aos desempregados: aumento das parcelas do seguro-desemprego, vale-transporte para o desempregado, vale-gás e subsídio de energia elétrica, entre outros.

2 Democratizar o sistema de relações de trabalho, fundado na autonomia sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindicais; favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário democraticamente definido em assembleia.

3 Regular o direito de negociação coletiva para os servidores públicos, em todas as esferas de governo, segundo os princípios da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

4 Renovar, para o próximo quadriênio (2020 a 2023), a política de valorização do salário mínimo.

5 Definir a jornada de trabalho em 40 horas semanais.

6 Revogar todos os aspectos negativos apontados pelos trabalhadores da Lei 13.467 (Reforma Trabalhista) e da Lei 13.429 (Terceirização), que precarizam os contratos e condições de trabalho, na perspectiva da construção de um novo estatuto, com valorização do trabalho.

7 Combater a informalidade, a rotatividade, o trabalho análogo ao escravo e eliminar o trabalho infantil, no campo e na cidade.

8 Regulamentar o inciso 27º do artigo 7º da Constituição, que garante proteção trabalhista para os impactos das transformações tecnológicas e econômicas.

9 Assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e Previdência Social, promovendo a universalização; garantir, diante das mudanças no mundo de trabalho e da transição demográfica, a sustentabilidade financeira do Sistema, com permanente participação social na gestão.

10 Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos por 20 anos, e criar uma norma coerente com o papel do Estado no desenvolvimento do País, cuja elaboração inclua participação social, que integre também a avaliação permanente da regra orçamentária.

11 Promover reforma tributária orientada pela progressividade dos impostos, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à simplificação, à transparência e ao combate à sonegação.

12 Reestruturar, fortalecer e ampliar a capilaridade do Sistema Público de Emprego voltado para a proteção do emprego e o combate à demissão imotivada; articulando e ampliando a proteção aos desempregados, os programas de formação profissional, a intermediação de mão de obra e o microcrédito produtivo; recuperando a capacidade de financiamento do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; investindo na efetividade dos conselhos em todos os níveis.

13 Universalizar o acesso à educação de qualidade em todos os níveis, orientada pelos princípios da liberdade, da cidadania e para o aprendizado e o conhecimento, em um mundo em mudança; rever e reorganizar o ensino médio e profissionalizante, com políticas voltadas ao ingresso do jovem no mercado de trabalho.

14 Fortalecer o Sistema Único de Saúde, com integralidade e universalidade, ampliando a oferta de serviços e garantindo o financiamento público; promover a política de saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

15 Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para o readensamento das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

16 Fortalecer a engenharia nacional e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural.

17 Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular acesso ao sistema de inovação tecnológica, favorecer a integração aos mercados internos e externos, fornecer assistência para a gestão e promover acesso ao crédito.

18 Fortalecer o papel estratégico das empresas públicas (sistema da Eletrobras, Petrobras, bancos públicos, entre outros) para a promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social.

19 Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural.

20 Fortalecer e ampliar as políticas sociais de combate à pobreza, miséria e redução da desigualdade social e de renda.

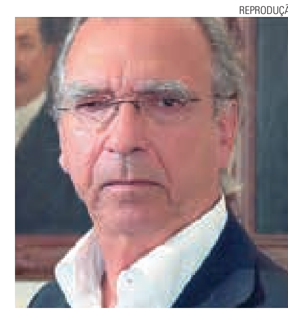
21 Fortalecer as políticas voltadas para a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária e o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão no campo.

22 Ampliar e efetivar políticas, programas e ações para promover a igualdade para mulheres, negros, jovens, LGBTQI e migrantes.

ENTREVISTA

ENGENHEIROS DEFENDEM DIREITOS, DESENVOLVIMENTO E EMPREGOS

REPRODUÇÃO



Pedro Celestino, presidente do Clube dos Engenheiros, nesta entrevista ao jornal "o Metalúrgico" fala sobre desenvolvimento, geração de empregos e lutas pelos direitos da classe trabalhadora

O METALÚRGICO – Para o Brasil sair da crise, os metalúrgicos defendem a retomada do desenvolvimento econômico com apoio à industrialização do País. Qual a posição dos Engenheiros com relação a esta proposta desenvolvimentista?

Pedro Celestino – Não há como assegurar a paz social sem desenvolvimento. Nas últimas oito décadas, passamos da condição de simples exportadores de café, cacau, açúcar e borracha, para uma das maiores economias do mundo. Hoje, estamos submetidos ao desmonte das conquistas econômicas e sociais que tivemos, para voltarmos à condição de colônia. A Petrobras, por exemplo, era responsável por uma cadeia de cinco mil fornecedores, nacionais e estrangeiros, responsáveis por cerca de 800 mil empregos especializados. Está sendo dilapidada, para que seja uma pequena produtora de petróleo bruto e passe a importar o que é produzido aqui. Impõe-se resistir ao desmonte e lutar por uma proposta de desenvolvimento que assegure empregos para o nosso povo.

O METALÚRGICO – Quais as principais propostas de sua categoria para que o País se desenvolva com geração de empregos de qualidade, distribuição de renda, justiça e inclusão social?

Pedro Celestino – São cinco os eixos principais da nossa proposta. O desenvolvimento industrial de ponta, que emprega mão-de-obra altamente qualificada, contempla o fortalecimento da Petrobras, da Embraer e da indústria nuclear. Por outro lado, o Brasil hoje tem 80% da sua população vivendo em cidades, que demandam investimentos em habitação, saneamento, mobilidade etc., que empregam muita mão de obra de menor qualificação. Igualmente, investimentos em infra-estrutura em um País de área continental serão necessários por muitas décadas ainda. Por exemplo, passamos de 800 km de rodovias pavimentadas em 1955 para os atuais 220 mil km, quando os Estados Unidos e a China já têm quatro milhões de km. No campo, o agronegócio é cada vez mais tecnificado, empregando mão de obra qualificada a utilizar equipamentos produzidos pela nossa indústria, enquanto a agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa, emprega pessoas de menor qualificação.

O METALÚRGICO – Nosso lema é a Luta Faz a Lei, que serve para impulsionar as lutas contra a aplicação da nova lei trabalhista na base metalúrgica e em defesa das conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho. Qual a sua opinião sobre a reforma trabalhista? Ela deve ser revogada?

Pedro Celestino – Reformas de legislação que afetem direitos sociais devem ser precedidas de amplo debate, para que se preserve o que foi conquistado em lutas anteriores. A "reforma" vigente precariza o trabalho e enfraquece o sindicato, principal instrumento de luta organizada dos trabalhadores, pelo que a luta pela sua revogação é prioritária.

O METALÚRGICO – Nós defendemos o voto em candidatos que assumam o compromisso de defender os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários. Mas há um descrédito grande da sociedade com a política. E o reflexo disto está em pesquisas que indicam grande intenção de votos brancos e nulos. De que modo o Clube de Engenharia pretende se posicionar nas eleições gerais de 2018?

Pedro Celestino – O Clube de Engenharia pauta a sua atuação pela defesa da democracia, da soberania nacional e da engenharia, sem envolvimento político-partidário. Democracia não é uma palavra vazia. Direitos trabalhistas, sociais e previdenciários são parte da democracia e contam com o nosso irrestrito apoio.

O METALÚRGICO – Há uma forte onda conservadora no País, com ataques ao movimento sindical e criminalização de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, temos a necessidade de ampliarmos a sindicalização e a participação dos trabalhadores em nossas ações coletivas. Como equacionar estas questões?

Pedro Celestino – A força do sindicato depende da capacidade da sua direção encaminhar as reivindicações concretas da base. Hoje, por exemplo, a luta contra o desemprego e a campanha por "nenhum direito a menos" são as que mais mobilizam. Por outro lado, a unidade de ação se impõe para enfrentar a ofensiva em curso contra direitos históricos dos trabalhadores.

O METALÚRGICO – No cenário político, com a recente greve dos caminhoneiros, como o Clube de Engenharia se posiciona com relação à Petrobras, política de preços e suas consequências para o Brasil?

Pedro Celestino – Como já disse, o Clube de Engenharia é contra o desmonte da Petrobras e pelo restabelecimento do seu papel como âncora do desenvolvimento industrial do nosso País. A política de preços da Petrobras deve voltar a ser a que sempre praticou ao longo da sua história: preços suficientes para assegurar à empresa a margem de lucro indispensável para garantir o seu programa de investimentos, e não os atualmente praticados, especulativos, que levaram os caminhoneiros à loucura, e prejudicam, pela sua imprevisibilidade, todas as atividades da economia.

O METALÚRGICO – Você concorda que a Lava Jato, a pretexto de combater a corrupção, foi mais um instrumento de perseguição política, seletiva, que prejudicou a engenharia brasileira, inclusive no exterior?

Pedro Celestino – Com certeza, a pretexto de se combater a corrupção, que todos combatemos, desmontou-se a capacidade gerencial e tecnológica da nossa engenharia, acumulada nas seis últimas décadas, para que o nosso mercado seja ocupado por empresas estrangeiras, quando há mais de 60 mil engenheiros desempregados. A nossa engenharia estava presente em 41 países, não tinha medo de competir, ao contrário, conquistava mais e mais mercados. Hoje luta para se manter à tona.

O METALÚRGICO – O governo congelou por 20 anos os investimentos em áreas sociais e corremos o risco de não termos mais a política de valorização do salário mínimo. Fale sobre isso.

Pedro Celestino – Não tivemos em nossa história governo tão descomprometido com os interesses nacionais e os interesses sociais como o atual, de Temer. A preocupação única é a de destruir o que foi feito nos últimos oitenta anos, para que voltemos a ser colônia, exportadora de grãos, de minérios, de petróleo, e importadora de produtos industriais. Como garantir a paz social sem uma política de geração de empregos? O País explode. Vejam o que acontece com a Nigéria, do outro lado do Atlântico: é grande exportadora de petróleo cru para os Estados Unidos, não tem indústria, nem agricultura, é um barril de pólvora. Não há polícia, não há exército que contenha a explosão dos miseráveis.

Acesse
www.portalclubedeengenharia.org.br

CIDADÃO PAULISTANO

SINDICATO PRESTIGIA HOMENAGEM A JOÃO GUILHERME NA CÂMARA

O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, 75 anos, recebeu no dia 8/6, na Câmara Municipal de São Paulo, o título de Cidadão Paulistano. A homenagem foi iniciativa do vereador Eliseu Gabriel.

Diretores(as) e assessores(as) do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/Mogi das Cruzes, presidido por Miguel Torres, prestigiaram a solenidade, que reuniu também representantes de outras categorias, amigos e familiares num clima de confraternização e esperança nas lutas sindicais por dias melhores para toda a classe trabalhadora.

Mineiro de Tombos (MG), João Guilherme participou da história da Cidade de São Paulo. Lutou contra a ditadura e contribuiu para a construção da Democracia no Brasil.

Colaborou na elaboração da "Carta de São Paulo" (São Paulo, o Povo e Seus Problemas), lida na Assembleia Legislativa, em 1975, no auge da repressão às liberdades. Atualmente, é consultor sindical de diversas áreas, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores.



João Guilherme recebe título e o abraço dos nossos dirigentes

A LUTA FAZ A LEI é o lema da resistência metalúrgica nas portas de fábrica e em apoio a outras categorias

Em defesa dos interesses da categoria metalúrgica e das conquistas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho, que devem ser respeitadas e valorizadas, o Sindicato tem intensificado a mobilização da categoria com assembleias, campanha de sindicalização, negociações coletivas e por empresa, greves e muita pressão contra a intransigência patronal às "reformas" do ilegítimo governo Temer.
"Os maus patrões aproveitam a crise e a reforma trabalhista, entre outras medidas antipopulares, depreciam o movimento sindical e tentam reduzir direitos e benefícios. Mas, unidos, trabalhadores e sindicatos travam inúmeras lutas, resistindo aos ataques, exploração e injustiças e defendendo o Brasil e os direitos do povo", afirma Miguel Torres, presidente do Sindicato, da CNTM e Força Sindical.
A luta é também de apoio a greves, protestos e campanhas salariais de outras categorias.
Estamos juntos na resistência!



JAÉLCIO SANTANA




Durante a GREVE NACIONAL DOS CAMINHONEIROS, fizemos notas de apoio às justas reivindicações e participamos do protesto de 24 de maio em frente à sede da Petrobras, na Avenida Paulista, contra os abusivos preços do diesel e demais combustíveis e em repúdio às outras medidas descabidas do ilegítimo governo Temer. Na ocasião, foi improvisado na calçada um fogão a lenha para mostrar como muitas famílias estão voltando a cozinhar no Brasil, sem condições de pagar pelos abusivos preços do gás de cozinha.

PAULO SEGURA



Depois de intensa mobilização, com greves lideradas pelo diretor Rodrigo e amplo apoio da diretoria e equipes, o Sindicato fechou, em 23 de março, acordos com as empresas ONEEL, STOC METAIS, HIDROFIX E HIDROPAL, zona leste, garantindo a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho para os trabalhadores metalúrgicos.



Foi vitoriosa a greve dos trabalhadores da VENTISILVA, na zona leste por direitos. A empresa assumiu o compromisso de pagar a PLR de 2017, com parcelas em junho e julho, e reajustar o vale-refeição a partir de junho. A greve, coordenada pelo Mixirica e equipe, com apoio de outros diretores(as) do Sindicato e suas equipes, foi encerrada na assembleia do dia 2 de maio.

JAÉLCIO SANTANA



Em 27 de março, foi encerrada a greve dos metalúrgicos da PACRI, zona leste, com aprovação do resultado da audiência do TRT que assegurou a manutenção das cláusulas sociais da Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive a cláusula de homologação das rescisões no Sindicato, até a assinatura da Convenção. A greve, liderada pelo diretor Jesus e equipe, com apoio da diretoria do Sindicato, também conquistou a primeira PLR na empresa, entre outros avanços.



Os trabalhadores da PRADA, zona sul, em assembleia dia 25 de maio, aceitaram a proposta apresentada no TRT de pagamento da PLR de 2017 em duas parcelas e a substituição dos fretados por vale-transporte, sem desconto nos salários. A ação do Sindicato foi forte, com greve, liderada pelo diretor Carlão e equipe com apoio de diretores(as) e assessorias.



Nosso Sindicato teve expressiva participação de apoio à vitoriosa GREVE NOS CANTEIROS DE OBRAS, liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, presidido pelo companheiro Antônio Ramalho. A greve, que parou obras de grandes construtoras (Cury, Gafisa, Even, Cyrella, Incorbase, Racional e Plano & Plano, entre outras), garantiu as conquistas da Convenção Coletiva e a data-base em 1º de maio. Mais uma vitória contra a reforma trabalhista.

SINPRO/SP



Miguel Torres divulgou nota de apoio dos metalúrgicos aos PROFESSORES das escolas particulares de SP, que depois de cinco meses de luta, com greve, assembleias e protestos, conquistaram o direito de o sindicato da categoria (Sinpro-SP) assinar a Convenção Coletiva nas condições propostas pelo TRT. Mais um exemplo de que é possível enfrentar a pressão patronal, vencer a reforma trabalhista e garantir direitos.



ALIMENTAÇÃO - Em apoio à Federação dos Trabalhadores na Alimentação, presidida por Antonio Vitor, nosso Sindicato participou, em 24 de abril, de protesto na BRF, zona sul, contra a decisão europeia de suspender a importação de carne de frango e derivados de 20 frigoríficos do Brasil. Deste total, 12 pertencem à BRF. O embargo, por suposta contaminação de salmonela, pode desempregar milhares de trabalhadores.


Luta Sindical Diária
Informativo do SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO E MOGI DAS CRUZES
Acesse e curta /MiguelTorresFS
WWW.METALURGICOS.ORG.BR 6 DE JUNHO 2018 - Nº 511

CENTRAIS SINDICAIS LANÇAM A AGENDA PRIORITÁRIA DA CLASSE TRABALHADORA

- DOCUMENTO TEM 22 PROPOSTAS CONCRETAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS
- SERÁ ENTREGUE 3ª FEIRA NO CONGRESSO NACIONAL E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES
- DIRIGENTES CONCLAMAM À UNIDADE NA LUTA

A Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora (Democracia, Soberania e Desenvolvimento com Justiça Social: Trabalho e Emprego no Brasil) foi elaborada pelas Centrais Força Sindical, CUT, CSB, CTB, UGT, Intersindical, Nova Central em parceria com o Dieese, com objetivo de mobilizar os trabalhadores e fortalecer a luta nacional em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

O documento apresenta 22 propostas concretas para recolocar o País na trajetória do desenvolvimento, com geração de empregos de qualidade e a garantia de direitos após os retrocessos implementados pelo governo Temer, nestes dois anos de mandato ilegítimo, com apoio de seus aliados no Congresso Nacional e do setor empresarial conservador.

Entre as medidas emergenciais estão as de combate ao desemprego, com retomada de obras de infraestrutura e políticas de apoio aos desempregados, redução da jornada de trabalho. Os sindicalistas também pedem a revogação das leis nº 13.467/17 (reforma trabalhista) e nº 13.429/17 (terceirização).

"Neste momento é de suma importância mantermos a unidade. Este é um documento consistente, que traz esperança aos trabalhadores para enfrentar o que este governo está fazendo", disse Miguel Torres, presidente em exercício da Força Sindical, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM.

Na próxima terça-feira, dia 12, os dirigentes das Centrais farão a entrega do documento no Congresso Nacional, em Brasília.

Veja mais exemplos pelo site do Sindicato e no informativo Luta Sindical Diária

INTERNACIONAL

MIGUEL TORRES DENUNCIA OS ATAQUES AOS DIREITOS NO BRASIL NO CONGRESSO DO UAW

Durante o 37º Congresso da UAW (Sindicato dos Metalúrgicos Norte-Americanos), realizado em Detroit (EUA), de 10 a 14 de junho, o presidente do Sindicato, da CNTM e Força Sindical, **Miguel Torres**, criticou os ataques aos direitos da classe trabalhadora promovidos pelo governo Temer e seus aliados, o congelamento de investimentos públicos por 20 anos com cortes de verbas na educação e saúde, a venda de nossas riquezas naturais e energéticas e o desmonte da estrutura sindical.

Miguel Torres disse às delegações internacionais que, apesar de tudo, o movimento sindical brasileiro trava uma intensa e permanente luta de resistência. "Um exemplo é a criação do Brasil Metalúrgico, com participação de dirigentes metalúrgicos de todo o País e de todas as centrais sindicais, de unidade nas negociações e campanhas salariais e de ação coletiva por um contrato coletivo nacional", destacou.

Como parte da luta, Miguel Torres falou da esperança de este ano ocorrer uma mudança no perfil do Congresso Nacional, com a eleição de mais dirigentes sindicais e a ampliação dos debates e ações pela revogação da nova lei trabalhista. "A maioria dos candidatos nestas eleições é de direita, mas temos esperança de reverter nas urnas esta situação", afirmou.

Participaram do congresso os dirigentes Luiz Carlos Prates, o Mancha, do CSP-Conlutas, e Paulo Cayres, da CNM/CUT. Mancha lembrou que o ataque aos direitos é mundial, visando aumentar a produtividade das empresas e enfraquecer os sindicatos. Cayres lembrou os programas sociais desenvolvidos no governo Lula para a população e criticou a injusta prisão do ex-presidente.

Com presença de 30 delegações internacionais, o 37º Congresso da UAW prestou solidariedade à luta pela libertação do ex-presidente Lula. Os dirigentes assinaram cartazes que seriam entregues ao ex-presidente, que está preso em Curitiba.

O 37º Congresso da UAW foi encerrado com a eleição e a posse da nova diretoria, com a transmissão de cargo do ex-presidente Dennis Willians para o novo presidente, Gary Jones.





Miguel entregou camisa do Brasil a Dennis Willians, ex-presidente do UAW



Miguel Torres, Ray Curry, Cayres e Mancha



Delegações internacionais apoiaram a libertação do ex-presidente Lula



Gary Jones, presidente eleito do UAW

SAIBA MAIS

- **O sindicato UAW, preocupado com o aprofundamento do abismo entre ricos e pobres nos Estados Unidos, focou em seu 37º Congresso nos temas solidariedade, proteção ao emprego e avanços salariais.**
- **Pelos padrões de relações do trabalho deles, o sindicalizado tem salário normatizado, e maior, assim como garantias e benefícios de que os demais trabalhadores não desfrutam. Em razão disto, há forte resistência patronal com a sindicalização.**
- **A situação trabalhista piorou com o presidente Trump, que não tem diálogo com o movimento sindical. Outro problema que aflige os sindicalistas é a separação, pelo governo, das famílias de migrantes, criando verdadeiros campos de concentração.**
- **Os trabalhadores não se sentem bem representados na Câmara e no Senado norte-americanos. Por isto, há um empenho em ampliar o número de parlamentares comprometidos com as questões trabalhistas e sindicais.**
- **O 37º Congresso do UAW encaminhou deliberação pelo aumento do Fundo de Greve. Hoje, o sindicato UAW dispõe de US$ 138 milhões, originários da contribuição de duas horas de trabalho de cada empregado. Eles pretendem elevar a contribuição para duas horas e meia. Este Fundo Solidário serve para apoiar grevistas, ajudando na compra de mantimentos, remédios e outros gêneros necessários.**

BRASIL METALÚRGICO segue na luta com unidade

O movimento Brasil Metalúrgico voltou a se reunir no dia 18 de maio em Caxias do Sul/RS, com a presença de dirigentes de várias regiões do Brasil e suporte técnico do Dieese.

Miguel Torres, presidente do nosso Sindicato, CNTM e Força Sindical, disse que o movimento mantém a proposta de unir a categoria metalúrgica cada vez mais e apoiar as campanhas salariais em todo o País. "A luta é grande. Os patrões se organizam para derrubar as Convenções Coletivas, o que é um crime contra os trabalhadores. Outro desafio é saber escolher bem os representantes aos governos estaduais, presidente e os candidatos a deputado federal e senador nas eleições, oara não acabarmos com o pouco que temos", afirmou.

O encontro teve as presenças do deputado federal Pepe Vargas e do senador Paulo Paim, ambos do PT gaúcho. Paim falou sobre projetos que apresentou contra as reformas trabalhista e da Previdência e do Estatuto do Trabalho, que está sendo apresentado como alternativa à reforma trabalhista. Ele é relator do documento.

Pepe Vargas elogiou a iniciativa do movimento. "Se não fosse a greve do dia 28 de abril (de 2017), a reforma da Previdência teria sido votada. Este é um exemplo da importância da unidade. O povo nas ruas barrou mais este retrocesso".

O encontro aprovou moções de apoio às greves dos trabalhadores da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo e da construção civil de São Paulo, pelo reajuste salarial e outros direitos, e condenou as privatizações do governo Temer, da Petrobras, Eletrobras, Embraer, Imbel.



Brasil Metalúrgico (www.facebook.com/brasilmetalurgico) reúne Sindicatos, Federações e Confederações da categoria de todo o País, com apoio das Centrais.

TRIBUTAÇÃO INJUSTA

METALÚRGICOS REIVINDICAM CORREÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA

O nosso Sindicato está fazendo campanha pela correção da tabela do Imposto de Renda, que está defasada, corroendo os salários e deixando de ser um instrumento de distribuição de renda e justiça social. Sem correção, pelo governo, a tabela é utilizada somente para arrecadar e não distribuir.

Segundo o Dieese, o Sindifisco Nacional e o Ipea, computando desde 1996, a tabela está defasada em 88,6%. Considerando somente o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2017, a defasagem é de 35,10%.

De 1996 a 2001 e nos anos de 2003, 2004, 2016 e 2017, a tabela ficou sem correção. Entre 2007 e 2010, por força de um acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo, a tabela foi corrigida, anualmente, em 4,5%, mas abaixo da inflação. Este percentual foi aplicado até 2014. A última correção foi em 2015.

Se a tabela fosse corrigida em 88,6%, o limite de isenção do imposto para os trabalhadores, hoje, seria de R$ 3.589,00.

Se a correção fosse de 35,10%, esse limite seria de R$ 2.572,34. Mas sem correção, a isenção está limitada em R$ 1.903,98. É uma diferença muito grande, que dá a dimensão de quanto os trabalhadores e a sociedade estão sendo onerados.

Mesmo assim, o governo insiste na sua campanha enganosa de dizer que falta dinheiro pra tudo, mais precisamente para as áreas essenciais. Vale lembrar que o governo congelou os gastos públicos em saúde, educação e outras áreas por 20 anos.

Temos, enfim, um modelo tributário injusto, por conta de interesses que não são os que o Brasil precisa, que faz com que a cada ano mais trabalhadores – os que continuam empregados – que não pagavam imposto, passem a pagar, e outros que já pagavam passem a pagar uma alíquota maior. Isto acaba com qualquer reajuste salarial conquistado, reduz o poder de compra das famílias, diminui o consumo e piora a vida da população.

"Vamos mobilizar os trabalhadores nas fábricas, orientar para que eles olhem os seus holerites e vejam o quanto estão perdendo com a não correção da tabela e mostrar que a mordida do Leão é cada vez maior, que o trabalhador está perdendo renda enquanto o governo engorda seu caixa e utiliza os recursos tão sofridos da população para outros interesses que não os do bem-comum", diz **Miguel Torres**, presidente do nosso Sindicato.



PROPOSTA DE NOVAS ALÍQUOTAS

- **Precisamos de novas alíquotas de desconto para faixas de rendimentos mais elevados, porque quem ganha hoje a partir de R$ 4.664,68 mensais é tributado pela alíquota de 27,5%.**
- **Um salário de R$ 4.664,68 e um de R$ 60 mil, por exemplo, são tributados com base na mesma alíquota. Estudo do Dieese mostra que há espaço para a criação de mais faixas de desconto para as rendas mais altas.**
- **Vale lembrar que o artigo 145, § 1º da Constituição Federal de 1988, determina que "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte…".**
- **Impostos mais altos devem ser cobrados daqueles que ganham mais. Na medida em que o ganho das pessoas vai diminuindo, os impostos devem diminuir na mesma proporção, até o ponto em que não é mais cobrado.**
- **A tabela deve ser alterada para respeitar esta lógica: para que os mais ricos paguem mais e os mais pobres paguem menos. Do jeito que está ocorre exatamente o contrário.**
- **A tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física já chegou a ter 16 faixas salariais - de 1976 a 1978 - com percentuais de até 60% de desconto. Hoje, desde 2009, a tabela tem cinco faixas de salário e alíquota máxima de desconto de 27,5%.**
- **As mudanças feitas no decorrer de 40 anos impuseram um modelo tributário injusto, que inclui um maior número de trabalhadores na última faixa de desconto, favorecendo aqueles que possuem maior capacidade de contribuir, ou seja, os mais ricos.**



ESTAS INJUSTIÇAS PRECISAM ACABAR!
VAMOS MOBILIZAR A CATEGORIA METALÚRGICA E AS DEMAIS CATEGORIAS NESTA GRANDE CAMPANHA!



A LUTA é por todos

O Sindicato defende os interesses de todos os trabalhadores(as) da categoria metalúrgica, tanto do chão da fábrica quanto os que trabalham nos setores administrativos e técnicos das empresas. Afinal, todos sofrem pressão patronal e estão sujeitos às medidas recessivas do governo e de seus aliados no Congresso Nacional.

Por isto, repudiamos a ultrapassada ideia de divisão da classe trabalhadora e o discurso ideológico que propaga o individualismo, a meritocracia e a despolitização como valores definitivos na sociedade.

Os funcionários administrativos não merecem ser usados pelo "capital" para enfraquecer as reivindicações da base, pois são companheiros importantes e estratégicos para as nossas lutas de "classe", coletivas, por mais benefícios e melhorias nas condições de trabalho.

Queremos que todos sintam orgulho de pertencer a uma categoria que tem reconhecimento mundial, com uma longa história de lutas pelo Brasil, de resistência aos regimes autoritários, com expressiva participação na elaboração de nossa Constituição Cidadã e nas lutas atuais em defesa dos direitos e das convenções coletivas, por um País próspero e desenvolvido para todos. Sindicalize-se!

DIA DO TRABALHADOR

1º DE MAIO: JORNADA DE LUTA POR EMPREGO E DIREITOS E CONTRA A REELEIÇÃO DOS TRAIDORES DO POVO



PAULO SEGURA

As celebrações do 1º de Maio (Dia Internacional do Trabalhador) deste ano foram uma grande jornada de luta do movimento sindical e da classe trabalhadora em defesa de direitos trabalhistas históricos, do emprego, do trabalho decente e da democracia.

Em todo o País, a **Força Sindical** e as demais Centrais e suas entidades filiadas reuniram milhões de trabalhadores, aposentados, famílias, crianças e jovens para festejar a data e exigir respeito aos seus direitos.

A classe trabalhadora e o movimento sindical pedem uma Previdência com garantia de aposentadoria digna para todos, sem privilégios, e repudiam a reforma trabalhista que, além de tirar direitos, quer acabar com a estrutura dos sindicatos que representam os trabalhadores.

Em ano de eleições, as manifestações conclamaram a classe trabalhadora a votar com consciência e não reeleger os parlamentares que votaram a favor da reforma e da terceirização sem limites.

"Os atos deste ano ficam marcados pela resistência da classe trabalhadora contra os ataques aos seus direitos e sua cidadania, contra as desigualdades e pela democracia. Precisamos defender as eleições 2018 e votar só em quem defende os interesses dos trabalhadores e não reeleger os deputados e senadores que apoiaram as reformas impopulares e votaram contra os trabalhadores e trabalhadoras", bradou **Miguel Torres**, presidente do Sindicato, da CNTM e atual presidente da Força Sindical, no ato do 1º de Maio da Central, que reuniu mais de 500 mil pessoas na Praça Campo de Bagatelle, zona norte de São Paulo.

O presidente licenciado da Força e deputado federal **Paulinho** disse que "emprego" é a principal batalha. "Temos 27 milhões de pessoas no País que não têm sustento próprio. Vamos exigir dos candidatos um programa de desenvolvimento que garanta direitos trabalhistas e empregos e atenda os anseios do Brasil".

O secretário-geral do Sindicato, Jorge Carlos de Morais, o Arakém, disse que os trabalhadores têm que lutar pelos seus direitos e reforçou que "não podemos reeleger quem votou contra a classe trabalhadora, contra o povo brasileiro e a soberania do País".

O ato político do 1º de Maio da Força contou com a participação dos pré-candidatos a presidente: Manuela D' Ávila-PCdoB, Paulo Rabelo de Castro-PSC e Aldo Rebelo-Solidariedade.

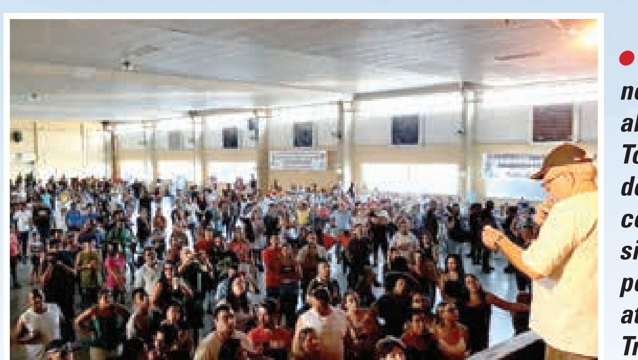


MARATONA DE EVENTOS

Este ano, o presidente do Sindicato e da CNTM, Miguel Torres, e atual presidente interino da Força Sindical, prestigiou eventos do Dia Internacional do Trabalhador em várias cidades, defendendo uma política de desenvolvimento econômico, com geração de emprego e renda, o voto consciente nas eleições 2018 e a resistência às reformas que tiram direitos sociais, trabalhistas e previdenciárias da classe trabalhadora.



●A festa organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Boituva, Porto Feliz e Região, presidido por Zacarias Bezerra da Silva, realizada em 28 de abril, cobrou a geração de empregos e destacou um painel/denúncia com fotos dos 46 deputados federais paulistas que votaram a favor da reforma trabalhista.



●Em Piracicaba, no dia 29 de abril, Miguel Torres participou de encontros com lideranças sindicais e políticas e de atos do Dia do Trabalhador com os companheiros da Alimentação e da base metalúrgica do Sindicato presidido por Wagner da Silveira, o Juca.



●No dia 30 de abril, Miguel Torres e o diretor Eufrozino Pereira participaram da 13ª Festa do Trabalhador realizada pela Força Sindical Goiás, presidida por Rodrigão, em parceria com sindicatos locais, entre eles, o Simecat (metalúrgicos), presidido por Carlos Albino.



PAULO SEGURA





●Depois do ato em São Paulo, em 1º de maio, Miguel Torres foi para Itajaí-SC participar de evento junto com o companheiro Mafra, presidente da Força Sindical de Santa Catarina. Em Curitiba-PR, juntou-se aos diretores do Zé Silva, Leninha e Bombeirinho e os assessores Marquinhos e Flávia no ato das centrais contra as reformas e pela libertação do ex-presidente Lula, que está preso na sede da PF. "Estão perseguindo líderes trabalhistas, sociais e populares, injustamente, e não vão atrás dos marajás", disse Miguel Torres.



●A maratona foi encerrada em 19 de maio, no Dia do Trabalhador do Sindicato dos Metalúrgicos de Bento Gonçalves-RS, presidido por Élvio de Lima. Miguel Torres lembrou que no ano passado celebramos os 100 anos da primeira greve geral no Brasil, como um fato histórico exemplar para as lutas atuais de resistência contra o fim dos direitos da classe trabalhadora. "Estamos dialogando diariamente com os trabalhadores nas portas de fábrica para mostrar a importância dos Sindicatos e da sua luta".

ORIGEM DO 1º DE MAIO



O Dia Internacional do Trabalhador tem origem no século 19 nas lutas operárias dos Estados Unidos para reduzir a abusiva jornada de trabalho de 15 horas por dia: com greves desde 1827, redução da jornada para funcionários públicos em 1840 e greve nacional em 1º de Maio de 1886.

Nesta greve, com paralisação de cinco mil fábricas, cerca de 340 mil operários foram às ruas exigir a redução da jornada. As empresas cederam e até o final de 1886 em torno de 1 milhão de trabalhadores conquistaram a jornada de oito horas.

Os grevistas, porém, foram reprimidos pelo Exército e por milícias armadas. Em Chicago, a greve, iniciada em 1º de Maio, prosseguiu nos dias seguintes. Em 4 de maio, durante um protesto dos grevistas, uma bomba explodiu, matou um policial e o conflito culminou com a morte de 38 operários e 115 feridos.

O governo dos EUA decretou estado de sítio em Chicago, com toque de recolher, ocupação militar de bairros operários, fechamento de sindicatos, prisão de líderes grevistas, tortura nos interrogatórios e condenação de oito líderes do movimento ("Os Oito Mártires de Chicago"): quatro foram enforcados na cadeia e um morreu na cela. Em protesto e luto, as casas proletárias exibiram flores vermelhas.

A morte destes heróis operários, contudo, não foi em vão. Em 1º de Maio de 1890, o Congresso dos EUA regulamenta a jornada de oito horas diárias e, em 1891, a Segunda Internacional dos Trabalhadores, com organizações operárias e socialistas do mundo todo, decide em congresso realizado em Bruxelas que "no dia 1º de Maio haverá demonstração única para os trabalhadores de todos os países, com caráter de afirmação de luta de classes e de reivindicação das oito horas de trabalho".

1º DE MAIO NO BRASIL

Os trabalhadores brasileiros se inseriram nesta solidariedade internacional e também adotaram o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, como um marco para celebrar a união dos operários do mundo todo contra a exploração capitalista e as desigualdades sociais.

As primeiras comemorações surgiram em Santos em 1895 e em 1898, com manifestações também em São Paulo, Jundiaí, Campinas e Ribeirão Preto, tornou-se feriado em 1925 e foi uma data altamente significativa em 1º de maio de 1943 com a criação da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

Vale destacar que neste período tivemos a primeira greve geral no País, a de 1917, ocorrida em São Paulo, que reivindicava, entre vários itens, o direito de sindicalização e a jornada de oito horas. De lá pra cá, avançamos muito no Brasil, com o movimento sindical organizado se fortalecendo e conquistando melhorias nas relações e ambientes de trabalho para toda a sociedade brasileira. Depois de muita luta, conquistamos a jornada de trabalho para 44 horas semanais na Constituição Federal de 1988 e, passados 30 anos, continuamos reivindicando a jornada de 40 horas semanais, para gerar mais empregos e melhor qualidade de vida para a classe trabalhadora e para a sociedade brasileira em geral.

Infelizmente, com a recente quebra da ordem democrática no Brasil e a posse de um governo antipopular, reformas foram aprovadas para impor uma legislação trabalhista que representa um retrocesso de, pelo menos, 100 anos. Com este governo e um Congresso extremamente conservador, a elite egoísta e gananciosa tenta enfraquecer as estruturas sindicais para evitar que as nossas reivindicações sociais, populares, trabalhistas e econômicas avancem.

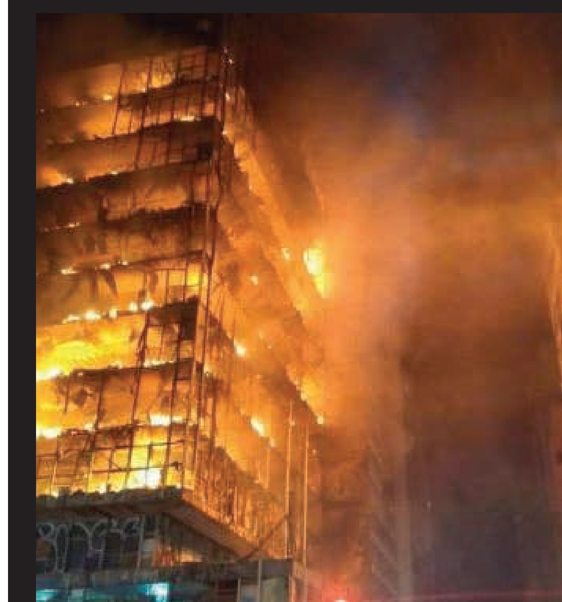
Dentro deste contexto é que celebramos o 1º de maio de 2018. Foram momentos merecidos de festa e lazer para a classe trabalhadora, mas as também de reflexão e protesto contra a crise, o desemprego, os ataques aos direitos trabalhistas, a perseguição aos movimentos sociais e sindicais e a falta de vontade e de medidas políticas que coloquem o País novamente nos rumos do desenvolvimento.

Salve os heróis proletários de todos os tempos!

Viva as trabalhadoras e os trabalhadores de todo o Brasil e do mundo na resistência contra a exploração!

A luta faz lei!"

TRAGÉDIA



REPRODUÇÃO

No 1º de maio nosso Sindicato emitiu nota de apoio às famílias vítimas do incêndio e desabamento do prédio do Largo do Paissandu, em São Paulo, onde moravam, com homenagem ao Corpo de Bombeiros, que trabalhou muito para evitar que a tragédia fosse maior, e de repúdio aos que tentavam criminalizar os movimentos de luta por moradia e os moradores sem-teto. A nota, assinada pelo presidente Miguel Torres, diz que é preciso "... mais responsabilidade, humanidade e sensibilidade social nestes momentos e que os poderes públicos federal, estadual e municipal assumam suas responsabilidades e, em vez de permitir o avanço da especulação imobiliária, dediquem esforços, junto com os movimentos sociais idôneos, para acabar com o déficit habitacional e permitir que as populações carentes consigam moradias dignas e condições de vida mais decentes...".

SINDICALIZAÇÃO

FIQUE SÓCIO
E APROVEITE OS BENEFÍCIOS!

O trabalhador e a trabalhadora que decidem se sindicalizar fortalecem o Sindicato nas suas ações, passam a ter uma participação mais expressiva nas lutas em defesa de seus direitos e interesses, incluindo as conquistas salariais, de PLR e outras, ganham mais consciência coletiva de classe e usufruem com sua família dos seguintes benefícios:

FOTOS ARQUIVO SINDICATO









- Centro de Referência e Atenção à Saúde da Família Metalúrgica na Rua do Carmo
- Centro de Lazer da Família Metalúrgica em Praia Grande
- Clube de Campo em Mogi das Cruzes
- Sede própria com Departamento Jurídico, em São Paulo, na rua Galvão Bueno, 782, Liberdade
- Subsede em Mogi das Cruzes, na Rua Afonso Pena, 137, com atendimento médico e jurídico
- Convênios com Faculdades, Escolas e Cursos
- Participação como jogador da Copa de Futebol de Campo dos Metalúrgicos e demais deptºs







Como ficar SÓCIO DO SINDICATO

- Vá até a sede do Sindicato, Rua Galvão Bueno, 782, Liberdade, e procure a Central de Atendimento ao Associado, no 1º andar.
- Com os seguintes documentos: RG, CPF e carteira de trabalho (ou último holerite), você preencherá uma ficha de cadastro e, após assinar, receberá a sua carteirinha de sócio.
- Se preferir, faça seu cadastro pelo site www.metalurgicos.org.br ou procure o diretor ou assessor do Sindicato na porta de fábrica para preencher a ficha de sindicalização. Depois eles entregarão em mãos a sua carteirinha de sócio.

Mais informações:
3388-1073
3388-1000
www.metalurgicos.org.br